



Número: **0804703-77.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **20ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS (AUTOR)		ITAMAR OLIMPIO DE VASCONCELOS MAIA (ADVOGADO)	
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
61418987	09/10/2020 11:19	Petição	Petição
61418992	09/10/2020 11:19	2755768_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_01	Outros documentos
61419000	09/10/2020 11:19	2755768_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_02	Outros documentos
61419004	09/10/2020 11:19	2755768_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_03	Outros documentos
61419006	09/10/2020 11:19	2755768_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_04	Outros documentos
61419008	09/10/2020 11:19	2755768_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_05	Outros documentos
61419011	09/10/2020 11:19	2755768_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_06	Outros documentos

Juntada de impugnação a execução.





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo n. 08047037720198205001

PORTO SEGURO S/A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar sua

IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO

consoante as razões de fato e de direito expostas a seguir:

DA GARANTIA DO JUÍZO E TEMPESTIVIDADE

A impugnante garantiu o juízo no valor total da execução atualizada, conforme cálculo em anexo, na monta de R\$ 7.717,51 (sete mil e setecentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos), na data de 07/10/2020. Assim, considerando ainda a verossimilhança dos argumentos que ora se apresenta, bem como, tendo em vista o dano irreparável, diante da irreversibilidade na hipótese de liberação dos valores depositados, mormente pela condição de hipossuficiente do impugnado, **requer-se o deferimento do efeito suspensivo até o julgamento da presente impugnação.**

Frisa-se que o pagamento da garantia do juízo ocorreu NO PRAZO legal de 15 dias para pagamento, de modo que o valor devido e incontroverso não terá inserção de multa e honorários previstos no art. 523, CPC, eis que observado o prazo legal. Necessário destacar que, conforme expediente dos autos, **a intimação do art. 523, CPC ocorreu em 21-09-2020, logo, observado o**



prazo legal de pagamento. Sendo certo que a impugnação deve ser apresentada em até 15 dias após transcorrido o prazo para pagamento voluntário, tempestiva é a presente.

Assim requer a Impugnante o recebimento em seu efeito suspensivo e julgamento do presente *petitum*, vez que cumpridas todas as formalidades legais aplicáveis ao caso em questão.

DOS PRESSUPOSTOS PARA IMPUGNAR A EXECUÇÃO

Conforme redação do artigo Art. 525,§1º do CPC/2015, para que a impugnação a execução seja aceita, necessita preencher os requisitos do referido artigo.

No caso em apreço, tem-se que há EXCESSO NA EXECUÇÃO, razão pela qual está cumprido o pressuposto para apresentação da Impugnação.

Assim sendo, com fulcro no dispositivo supracitado, vem a Impugnante expor seus motivos para que no final seja julgada procedente a presente impugnação.

DA SÍNTESE DA DEMANDA

O Autor, ora Impugnado, ingressou com ação judicial requerendo a condenação da Ré, ora Impugnante, ao pagamento da indenização securitária por seguro DPVAT, tendo em vista acidente automobilístico ocorrido em 12/10/2018. Diante disso, após todo o deslinde da ação, houve condenação da impugnante. Contudo, o Impugnado apresentou petição de cumprimento de sentença com cálculo eivado de vícios, com evidente excesso, motivo pelo qual fez-se necessária a interposição da presente impugnação.

Sendo assim, a ora Impugnante apresentará a seguir seus argumentos, demonstrando o excesso de execução, requerendo desde já que a presente Impugnação a execução seja julgada procedente, por ser esta medida da mais lúdima **JUSTIÇA!**

DO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS

Inicialmente, cumpre esclarecer que o demandado providenciou o pagamento dos honorários periciais fixados em saber, no montante de R\$ 200,00 e quanto ao referido valor não há discordância, de modo que deverá ser o perito intimado para recebimento do montante, conforme comprovante de pagamento em anexo.



INSERÇÃO EQUIVOCADA DE JUROS COMPENSATÓRIOS DESDE O SINISTRO

“(…) R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco centavos), o qual deverá ser ainda acrescido de correção monetária, pelo INPC, desde a data do sinistro (12/10/2018) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (30/04/2019) até a data do efetivo pagamento. Ademais condeno a parte ré ao pagamento dos honorários periciais no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais). Diante da sucumbência da ré, condeno-a ao pagamento das custas e dos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação”

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Proc. n.º 0804703-77.2019.8.20.5001 Autor: Marcelo Azevedo dos Santos Ré Porto Seguro S/A Valor da condenação R\$4.725,00 Sentença transitada em julgado 11/02/2020
Data de atualização dos valores: abril/2020
Indexador utilizado: T/3/SP (Tabela Tribunal Just SP-INPC)
Juros compensatórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 12/10/2018
Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 30/04/2019
Acrescimo de 0,00% referente a multa.
Honorários de 10 000.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATORIOS 1,00% a.m.	JUROS MORATORIOS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	VALOR DA CONDENAÇÃO	12/10/2018	4.725.00	4.977.82	896.01	704.86	0.00	6.578.69
			Sub-Total (10,00%)	(-)				R\$ 6.578.69
			Honorários advocatícios					R\$ 657.87
			Sub-Total					R\$ 657.87
			TOTAL GERAL					R\$ 7.236.46

Considerando que o depósito da garantia do juízo se deu em 08-10-2020, conforme comprovante em anexo, certo é que o valor correto e devido à parte exequente é tão somente o montante de **R\$ 6.497,34** (Seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos), vejamos:



CITAÇÃO: 30/4/2020;

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	RETROAGIMOS 2 MESES NA DATA DA CORREÇÃO MONETÁRIA, POIS O INDEXADOR ESTAVA ATUALIZADO ATÉ AGOSTO, ENQUANTO O DEPÓSITO OCORREU EM OUTUBRO
Valor Nominal	R\$ 4.725,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Agosto/2018 a Agosto/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	30/4/2019 a 9/10/2020
Honorários (%)	10 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	731 dias	1,059396
Percentual correspondente	731 dias	5,939641 %
Valor corrigido para 1/8/2020	(=)	R\$ 5.005,65
Juros(528 dias-18,00000%)	(+)	R\$ 901,02
Sub Total	(=)	R\$ 5.906,67
Honorários (10%)	(+)	R\$ 590,67
Valor total	(=)	R\$ 6.497,34

Deste modo, considerando que o juízo foi garantido no valor da execução atualizado, a saber R\$ 7.717,51 (sete mil setecentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos), sendo devido à parte autora, ora impugnada, o montante de **R\$ 6.497,34 (seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos)**, o impugnante faz jus à devolução do valor de **R\$ 1.220,17 (mil duzentos e vinte reais e dezessete centavos)**. Resta evidente o equívoco e excesso de execução, posto que o exequente postula por pagamento do valor de R\$ 7.236,56, atualizado até abril de 2020, enquanto o valor correto, conforme cálculo acima, é R\$ 6.497,34, atualizado até a data do depósito da garantia, em outubro de 2020.

Caso paire alguma dúvida, diante da divergência de cálculos apresentados pelas partes, suplica a impugnante que sejam os autos remetidos ao crivo do contador judicial para o melhor deslinde da ação e a constatação do real valor da condenação, devendo ser respeitada a data do pagamento da garantia do juízo em 08-10-2020. Posteriormente, apurado o excesso e determinada a devolução do excedente, seja extinto o processo, ante a satisfação total da obrigação nos termos do art. 924, II do NCPC.



CONSIDERAÇÕES FINAIS E PEDIDO

Dessa forma, por medida da mais lúdima justiça, evitando o enriquecimento ilícito por parte do Impugnado, vem a Impugnante, ante o exposto e por tudo mais que consta no autos, requerer:

Seja recebida a presente impugnação ao cumprimento de sentença, deferindo-se o efeito suspensivo para sobrestar a presente execução do título executivo judicial, na forma do artigo 525 § 6º, do Código de Processo Civil, sob pena de sofrer danos de difícil e incerta reparação, eis que, garantido o Juízo por depósito em dinheiro, o seu levantamento implicará na impossibilidade de ressarcimento no caso de acolhimento da Impugnação, o que se confia;

Sejam julgados procedentes os pedidos do executado para **reconhecer o excesso de execução do cumprimento de sentença, estabelecendo como adequado por tudo o que dos autos consta, a quantia de R\$ 6.497,34 (seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos), já liquidada através do depósito da garantia do juízo**, não havendo de se falar em saldo remanescente para exequente e tão somente de devolução para o impugnante, conforme pedido abaixo. Ademais, condenar o exequente ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios na forma da Lei;

Seja determinada a devolução do valor excedente de R\$ R\$ 1.220,17 (mil duzentos e vinte reais e dezessete centavos), através de expedição de **OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA**, nos termos do parágrafo único, do art. 906, CPC, para fins de devolução à ré do valor depositado nos autos, conforme anexo, e seus acréscimos legais, em favor da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04, autorizando ao Banco depositante a efetuar transferência na conta corrente nº 644000-2, Agência: 1912-7, do BANCO DO BRASIL S/A.

Assim declarado o excesso, seja julgada extinta a execução, nos termos do art. 924, II do NCPC, sob pena de injustiças e excessos:

Caso assim não se entenda, diante da divergência de cálculos apresentados pelas partes, seja oportunizada a prova necessária para apuração dos cálculos devidos, nos limites da decisão condenatória transitada em julgado;

Por fim que haja abertura de prazo para manifestação da parte impugnada, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.;



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**, inscrito sob o nº **5432 - OAB/RN**, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,
pede deferimento.

NATAL, 8 de outubro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN



CÁLCULO – GARANTIA DO JUÍZO

Valor da execução: R\$ 7.236,56, até abril de 2020.

OBS: retroagimos 2 meses na data de início, pois o indexador estava atualizado até agosto, enquanto o depósito ocorreu em outubro de 2020.


Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 7.236,56
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Fevereiro/2020 a Agosto/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	30/4/2020 a 9/10/2020

Dados calculados		
Fator de correção do período	182	
	dias	1,006096
Percentual correspondente	182	
	dias	0,609552 %
Valor corrigido para 1/8/2020	(=)	R\$ 7.280,67
Juros(162 dias-6,00000%)	(+)	R\$ 436,84
Sub Total	(=)	R\$ 7.717,51
Valor total	(=)	R\$ 7.717,51

R\$ 7.717,51







Nº DA CONTA JUDICIAL

4500108321639

Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)		TIPO DE JUSTIÇA	
0		08/10/2020		3795		ESTADUAL	
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA		Nº DO PROCESSO		TRIBUNAL	
07/10/2020		2755768		08047037720198205001		TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE		VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
NATAL		20 VARA CIVEL		RÉU		7717,51	
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS				Jurídica		61198164000160	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS				Física		87789353420	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA							
6473904EE7570FA3							
CÓDIGO DE BARRAS							



CÁLCULO

SENTENÇA = Diante do exposto, julgo **procedente** a pretensão formulada na inicial, para condenar a parte demandada a pagar ao autor a indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT por invalidez permanente, a qual fixo no importe de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco centavos)**, o qual deverá ser ainda acrescido de correção monetária, pelo INPC, desde a data do sinistro (12/10/2018) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (30/04/2019) até a data do efetivo pagamento. Ademais condeno a parte ré ao pagamento dos honorários periciais no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais). Diante da sucumbência da ré, condeno-a ao pagamento das custas e dos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

CORREÇÃO: RETROAGIMOS 2 MESES NA DATA DA CORREÇÃO MONETÁRIA, POIS O INDEXADOR ESTAVA ATUALIZADO ATÉ AGOSTO, ENQUANTO O DEPÓSITO OCORREU EM OUTUBRO

CITAÇÃO: 30/04/2019

DATA FINAL DE ATUALIZAÇÃO: 08-10-2020 (Data do depósito da garantia do juízo)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	RETROAGIMOS 2 MESES NA DATA DA CORREÇÃO MONETÁRIA, POIS O INDEXADOR ESTAVA ATUALIZADO ATÉ AGOSTO, ENQUANTO O DEPÓSITO OCORREU EM OUTUBRO
Valor Nominal	R\$ 4.725,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Agosto/2018 a Agosto/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	30/4/2019 a 8/10/2020
Honorários (%)	10 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	731 dias	1,059396
Percentual correspondente	731 dias	5,939641 %
Valor corrigido para 1/8/2020	(=)	R\$ 5.005,65
Juros(527 dias-18,00000%)	(+)	R\$ 901,02
Sub Total	(=)	R\$ 5.906,67
Honorários (10%)	(+)	R\$ 590,67
Valor total	(=)	R\$ 6.497,34

VALOR: R\$ 6.497,34



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

NATAL - 20 VARA CIVEL

Processo: 08047037720198205001 - ID 08116000008512246

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep.Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

BANCO DO BRASIL					001-9	00190.00009 02836.585006 88084.941173 4 84550000020000				
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO TRIBUNAL DE JUSTICA. RN - PROCESSO: 08047037720198205001 - 08546459000105, NATAL - 20 VARA CIVEL										
CNPJ: 09.248.608/0001-04										
Sacador/Avalista										
Nosso-Número 28365850088084941		Nr. Documento 0		Data de Vencimento 30/11/2020		Valor do Documento 200,00		(=) Valor Pago 200,00		
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço BANCO DO BRASIL S/A										
Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X					Autenticação Mecânica					

BANCO DO BRASIL					001-9	00190.00009 02836.585006 88084.941173 4 84550000020000					
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO										Data de Vencimento 30/11/2020	
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ BANCO DO BRASIL S/A										Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X	
Data do Documento 30/09/2020		Nr. Documento 0		Espécie DOC ND		Aceite N		Data do Processamento 30/09/2020		Nosso-Número 28365850088084941	
Uso do Banco 0		Carteira 17		Espécie R\$		Quantidade		xValor		(=) Valor do Documento 200,00	
Informações de Responsabilidade do Beneficiário GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 08116000008512246 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br , opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep										(-) Desconto/Abatimento	
										(+) Juros/Multa	
										(=) Valor Cobrado 200,00	
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO TRIBUNAL DE JUSTICA. RN - PROCESSO: 08047037720198205001 - 08546459000105, NATAL - 20 VARA CIVEL										Código de Baixa	
Sacador/Avalista										Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação	





Guia - Ficha de Compensação

			N° DA CONTA JUDICIAL 0	
N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO 05/10/2020	AGÊNCIA (PREF / DV) 0	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 05/10/2020	N° DA GUIA 081160000008512246	N° DO PROCESSO 08047037720198205001		
UF/COMARCA RN	ORGÃO/VARA Vara Cível	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS		TIPO DE PESSOA Jurídica	CPF / CNPJ 61198164000160	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS		TIPO DE PESSOA FÍSICA	CPF / CNPJ 87789353420	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 264197ABD653EB9B				
CÓDIGO DE BARRAS 00190.00009 02836.585006 88084.941173 4 84550000020000				

